

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Novo Ensino Médio no Distrito Federal: a Saúde na trilha da Educação

 Danielle Keylla Alencar Cruz *
Eric Carneiro dos Santos **
Ozânia Vieira de Freitas ***
Helen Altoé Duar Bastos ****

Resumo: Na história do Brasil, a Educação e a Saúde produziram encontros significativos para a construção de arranjos que possibilitaram a inserção da saúde no contexto escolar, seja como disciplina ou como componente curricular. Recentemente, o Governo Federal empreendeu programas de intersecção entre estas duas políticas, visando à produção de iniciativas voltadas à saúde dos escolares. A Base Nacional Comum Curricular e os Itinerários Formativos (IF) para o Novo Ensino Médio apresentam-se como os mais promissores ‘pontos de intersecções’ entre a Saúde e a Educação, desde a publicação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, em 1996. O objetivo deste texto é relatar e discutir o desenvolvimento de uma proposta de unidades curriculares voltadas à vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis, à promoção da saúde e ao desenvolvimento sustentável para os IF na organização do Novo Ensino Médio no Distrito Federal. Para tanto, em 2019, foi organizado um grupo intersetorial com representantes da área de vigilância de doenças não transmissíveis do Ministério da Saúde e das áreas de saúde e educação do DF para implementação da iniciativa em unidades escolares pilotos. O trabalho está em fase inicial, mas já produziu os conteúdos da trilha e demonstrou possibilidades de abordagens dos temas da saúde como componentes da formação dos estudantes do Ensino Médio. Espera-se a produção de processos metodológicos possíveis de serem replicados em todo o país e resultados positivos para os estudantes e às unidades escolares que ofertarem a Trilha de Aprendizagem da Saúde.

Palavras-chave: Política de saúde. Política de educação. Currículo. Aprendizagem.

* Danielle Keylla Alencar Cruz é graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), especialista em Saúde Pública e mestre em Saúde Pública pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/Aggeu Magalhães/Fiocruz/Recife, e em gestão de Políticas Públicas pela UPIS /Brasília. Servidora pública federal do Ministério da Saúde. Contato: daniellealencruz@gmail.com

** Eric Carneiro dos Santos é graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade de Brasília (2002), habilitado na área de Antropologia, com experiência em Antropologia Urbana. Professor de Sociologia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: eric.santos1@edu.se.df.gov.br

*** Ozânia Vieira de Freitas é licenciada em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (2000) e mestre em Matemática pela Universidade de Brasília (2003). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: ozaniafreitas@gmail.com

**** Helen Altoé Duar Bastos é graduada em Nutrição pela Universidade de Brasília (1997). Nutricionista na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Contato: helen.duar@gmail.com

Introdução

Na história do Brasil, a educação e a saúde são velhas conhecidas. Há mais de um século estas duas grandes áreas, hoje políticas públicas, produzem encontros que marcam este diálogo com a construção de mudanças estruturais, tanto na escola como na formação dos profissionais de saúde.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1929; as recomendações para mudanças nos currículos escolares visando à inclusão de disciplinas voltadas à saúde, especialmente com a introdução do higienismo na década de 30 e, mais recentemente, o movimento de Escolas Promotoras de Saúde orquestrado pela Organização Pan-Americana de Saúde são exemplos de interlocuções ao longo do tempo (FIGUEREDO, MACHADO et al, 2010, p. 399; SCACHETTI, 2018, p.4).

A construção dessas duas políticas promoveu, intencionalmente ou não, encontros que produziram o que vamos chamar, a princípio, de “pontos de intersecção”, que favoreceram a inserção de uma na outra, seja como disciplinas escolares ou ideologia ordenadora de currículos.

Com rápida e mais atual menção ao fato, é possível resgatar os Parâmetros Curriculares Nacionais nos anos 90, que previam a saúde entre os temas transversais e as diretrizes para elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos, que possibilitavam a inclusão de disciplinas que fugiam do conjunto propedêutico preconizado para a educação básica (BRASIL, 1997, p.45; BRASIL, 2017, p.15; MARÇAL, 2001, p.16).

Qualificamos estes “pontos de intersecção” entre as duas políticas como oportunidades concretas para além das ‘letras frias’ das normativas, que, aproveitados de forma ideal, devem favorecer o desenvolvimento de convergências necessárias ao trabalho intersetorial. Não se tratam de somas de conveniências. Mas, do exercício de construir objetivos comuns às políticas, que respeitem suas intencionalidades, abarquem as novas demandas e que sejam compartilhados por todos que participam da iniciativa.

Certamente, esses encontros na história possibilitaram o amadurecimento de arranjos institucionais e experiências locais que produziram outros, não necessariamente inovadores, formatos de diálogos entre saúde e educação. Dentre eles, considerando apenas iniciativas nacionais, podemos citar os programas Saber Saúde, do Instituto Nacional do Câncer (Inca); Educavisa, coordenado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Saúde na Escola, sob a responsabilidade dos Ministérios da Saúde e da Educação. Em comum, os três programas possuem como principal diretriz a articulação entre saúde e educação para o desenvolvimento de iniciativas voltadas à saúde dos estudantes de escolas públicas, extensivas à comunidade escolar.

A organicidade destas iniciativas está na disposição dos municípios e respectivos profissionais envolvidos nos ofícios da educação e da saúde em desenvolvê-las conforme preconizam as normativas que acompanham a implantação de programas desta natureza, com a devida adaptação ao contexto local.

O objetivo deste texto é relatar e discutir o processo de produção do que, possivelmente, seja o mais promissor ponto de intersecção entre saúde educação desde a publicação da Lei de Diretrizes e Base da Educação, em 1996. Trata-se dos Itinerários Formativos, previstos na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que compõem os currículos, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e sua implementação no contexto da organização do Novo Ensino Médio no Distrito Federal.

A BNCC e os Itinerários Formativos: arranjos institucionais para nova intersecção entre saúde e educação

A elaboração da BNCC foi iniciada em 2014 e contou com a participação de entidades, profissionais e pesquisadores ligados à educação, além da sociedade civil, por meio de oficinas, reuniões e consulta pública. Homologada em 2017-2018, a BNCC define

o conjunto progressivo e orgânico de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017b, p.17)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), as aprendizagens essenciais são as que

desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho. (BRASIL, 2018a, p.21).

No contexto de reformulação do Ensino Médio, ocorreu uma mudança significativa em que os currículos passam a ser compostos por duas partes indissociáveis: uma formação geral básica (FGB), referenciada pela BNCC, e os Itinerários Formativos, parte flexível dos currículos, cujo objetivo é ampliar e/ou aprofundar aprendizagens em quaisquer das cinco áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas

Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica Profissional).

A Portaria do Ministério da Educação nº. 1.432, de 28 de dezembro de 2018, define os Itinerários Formativos como

conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional, com carga horária total mínima de 1.200 horas. (BRASIL, 2018b, p. 94)

Compostos por uma infinidade de situações de aprendizagens, tais como, disciplinas, oficinas, projetos, núcleos de estudo, clubes, incubadoras, entre outras, os Itinerários Formativos precisam ser organizados a partir de uma ou mais áreas de conhecimento definidas e, orientados por um ou mais dos seguintes eixos estruturantes: investigação científica, mediação e intervenção sociocultural, processos criativos e empreendedorismo.

Os eixos estruturantes visam integralizar os diferentes arranjos de itinerários formativos, bem como criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas profundamente associadas à realidade contemporânea, que promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã. Para tanto, busca-se desenvolvê-los em situações de aprendizagem que os permitam produzir conhecimentos, criar, intervir na realidade e empreender projetos presentes e futuros.

Com as aprendizagens estruturadas por meio desses quatro eixos, o modo como cada estado e o Distrito Federal desenharão a oferta de seus itinerários formativos, certamente, será caracterizado por variações.

No DF, a oferta dos Itinerários Formativos ocorrerá por meio de unidades curriculares eletivas, com duração de um semestre, ou mesmo uma combinação delas, com duração de quatro semestres, constituindo uma Trilha de Aprendizagem.

Temos com a BNCC, portanto, a disponibilização de três estruturas constituintes da nova organização do ensino médio – áreas de conhecimento, itinerários formativos e eixos estruturantes – e a possibilidade de arranjos diversificados para a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens, seja em unidades curriculares específicas ou como trilhas de aprendizagens.

Trilha de Aprendizagem da Saúde: construção intersetorial e ressignificação do diálogo entre Saúde e Educação

Atentos às mudanças, em 2019, iniciamos o diálogo entre a área de análise de situação de saúde e vigilância de doenças não transmissíveis da Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde e a área de Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para a elaboração,

aplicação e avaliação, em formato de projeto piloto, da primeira Trilha de Aprendizagem da Saúde (TAS), voltada à vigilância e prevenção de Doenças e Agravos não Transmissíveis (DANT)¹, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável nos moldes da nova organização do Ensino Médio do DF. Foi assim que este encontro começou.

Indubitavelmente, em se tratando de uma construção intersetorial, este processo requereu a ressignificação de orientação da BNCC, bem como da abordagem das aprendizagens em saúde, que, na concepção ampliada, não caberiam em uma única área de conhecimento, e, muito menos, seriam guiadas por um único eixo estruturante. A complexidade inerente ao conceito ampliado de saúde, alinhada com as intencionalidades da educação, em especial, da formação e construção de objetivos de aprendizagens, resultaram na proposta de uma trilha de aprendizagem que combinou três das cinco áreas de conhecimento, excetuando-se matemática e a formação técnico-profissional, e todos os eixos estruturantes propostos pela BNCC.

A operacionalização da Trilha de Aprendizagem da Saúde, direcionada para a vigilância e prevenção das DANTS, a promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável, é proposta por meio de cinco unidades curriculares, ministradas uma por semestre, organizadas da seguinte forma:

- Unidade Captadora (UC) – batizada com este nome porque será ofertada no 1º e no 2º semestres, apresentando-se como o primeiro contato dos estudantes com a trilha de aprendizagem. Funciona como o cartão de visita de toda a trilha da saúde. Contém partes didaticamente organizadas de todos os conteúdos que serão aprofundados nas unidades subsequentes;
- Trilha de Aprendizagem da Saúde – composta por uma sequência de 4 (quatro) unidades curriculares encadeadas, que serão ofertadas do 3º ao 6º semestres, com vistas à ampliação e o aprofundamento das aprendizagens cursadas na UC. São elas:
 - » Unidade 1 (3º semestre) – orientada pelo eixo estruturante Investigação Científica, abordará temas da trilha de aprendizagem mais relacionados à vigilância das doenças crônicas e dos agravos, fatores de risco e proteção, e como estes estão presentes no cotidiano das pessoas, e soluções em curso para aplacar o fenômeno de adoecimento e morte por DANT;
 - » Unidade 2 (4º semestre) – Orientada pelo eixo estruturante Processos Criativos, propõe abordagens para o *advocacy*² em defesa de ações favoráveis à proteção e à promoção da saúde e de desenvolvimento sustentável de grupos ou populações, com abordagens sobre construção e avaliação de projetos, inovação e conhecimento sobre as

soluções produzidas no mundo para a melhoria da saúde e do ambiente;

» Unidade 3 (5º semestre) – Orientada pelo eixo estruturante Mediação e Intervenção sociocultural, traz os aspectos da cultura que constituem o conceito e o ‘fazer’ saúde e reforça a mediação e o *advocacy*² como recursos técnicos para a produção de soluções de amplo alcance para a prevenção das DANTs, a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável; e

» Unidade 4 (6º semestre) – Orientada pelo eixo estruturante Empreendedorismo, retoma a inovação como uma saída e aborda elementos para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à solução de problemas de saúde de populações e o desenvolvimento sustentável.

A avaliação da aprendizagem em cada Unidade Curricular está proposta com a elaboração e aplicação de projetos relacionados ao eixo estruturante correspondente nos quais serão observados aspectos como: clareza da proposta, estrutura/componentes característicos de um projeto, inovação, aplicação e resultados.

Estão previstas etapas de sensibilização de gestores e de professores das unidades escolares piloto, bem como a formação destes últimos nos conteúdos da Trilha de Aprendizagem da Saúde.

O desenvolvimento da Trilha de Aprendizagem da Saúde está sob a coordenação de um grupo intersetorial formado por representantes da saúde e da educação. O produto esperado é a elaboração da proposta final desta trilha e sua disponibilização nacional para implantação no Ensino Médio pelas escolas interessadas.

Podemos afirmar que o trabalho está no início, mas já proporcionou aprendizagens mútuas que permitiram ao grupo vislumbrar, concretamente, questões que antes estavam no campo das reflexões, por exemplo, como fazer para tornar a saúde parte do conjunto dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio?

Diferente das oportunidades anteriores, o “ponto de intersecção” construído pelo Novo Ensino Médio do Distrito Federal não é um mero receptor de conteúdos, de profissionais ou de ações de saúde. Na experiência em discussão, a oferta das unidades curriculares que formam a Trilha de Aprendizagem da Saúde possibilita envolvê-la com elementos precípuos e fundantes do processo educacional, tais como: o tempo pedagógico, necessário à sistematização, apreensão e produção de conhecimentos no processo de formação, importante para a produção de resultados duradouros; a organização de conhecimentos de forma didática, que permitirá ligações entre teoria e prática, retomada de temas, conceitos e premissas essenciais ao entendimento do conjunto de objetivos de aprendizagem, competências e habilidades e a abordagem

pedagógica dos conteúdos para proporcionar o trato com o conhecimento proposto e com o que será construído no processo formal de aprendizagem.

Por sua vez, a saúde oferta o seu conceito ampliado, que possibilita transcendências epistemológicas e práticas, necessárias à sua compreensão como um processo em constante construção, dependente das condições objetivas de vida dos sujeitos (moradia, trabalho, educação, alimentação, lazer, etc.), de suas tecnologias de monitoramento (sistemas e métodos), da análise de situação de saúde para a tomada de decisão e organização em um sistema único e universal para a população brasileira.

Espera-se que esta parceria possa produzir processos metodológicos possíveis de serem replicados em todo o país e resultados positivos para os estudantes e para as unidades escolares que ofertarem a Trilha de Aprendizagem da Saúde.

Desafios

A implementação de iniciativas intersetoriais traz como desafio orgânico a formação das pessoas para o desenvolvimento de trabalhos desta natureza, pois implica na busca de soluções conjuntas sem “apagar” as diferenças entre as áreas envolvidas. Necessita, também, da canalização de recursos, em termo amplo, para alcance dos objetivos e o reflexo destes no produto do trabalho intersetorial. Nesse sentido, a intersetorialidade apresenta-se como um mecanismo de gestão, sobre o qual todos os envolvidos precisam ter domínio.

Apesar de estar na fase inicial de implementação, é possível antecipar-se aos desafios entendendo que os temas da saúde, na perspectiva ampliada como é abordada na trilha, podem causar estranhamentos entre os docentes que se disponibilizarem à formação para sua implementação na unidade escolar. Possivelmente, além do desafio de promover a apropriação dos conteúdos pelos professores, seja necessário superar entendimentos sobre o conceito de saúde, forjados por formações, leituras e informações fundadas na perspectiva biologicista, que aborda este fenômeno como “ausência de doença”, cujas principais recomendações centram-se na medicalização e na mudança de comportamento. Estas, por sua vez, direcionam as soluções, exclusivamente, para os sujeitos e deixam em segundo plano a influência dos determinantes sociais ou das condições objetivas de vida na construção da saúde individual e coletiva.

Nesse sentido, a trilha que se propõe, a partir de uma perspectiva ampliada da saúde, deve envolver professores de todas as Áreas do Conhecimento e não exclusivamente os de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, pois tem como desafio pedagógico maior promover um Itinerário Formativo interdisciplinar aos estudantes no Novo Ensino Médio do Distrito Federal. ■

Notas

- ¹ DANT é a sigla para designar as doenças crônicas não transmissíveis – cardiovasculares, respiratórias crônicas, Diabetes Mellitus, Neoplasias (cânceres) Malignas e causas externas (acidentes e violências).
- ² Palavra importada do inglês por não haver termo em português que contemple seu significado. Trata-se da ação de defender causas de interesse público com técnicas, ferramentas e estratégias que englobam articulação com tomadores de decisão, sociedade civil e outros parceiros envolvidos com as causas.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p.
- BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017a. 58 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, 2017b. 470 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, n. 224, seção 1, pág. 21 a 24, Brasília, 13 de novembro de 2018a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria/GM nº. 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, ed. 66, Seção 1, pag. 94, Brasília, 28 de Dezembro de 2018b.
- FIGUEIREDO, T. A. M.; MACHADO, V. L. T; ABREU, M. M. S. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 397-402, 2010.
- MACHADO, V. L. T; ABREU, M. M. S. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 397-402, 2010.
- MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?**, módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. -- Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.
- SCACHETTI, A. L. **Série especial: História da Educação no Brasil**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1910/serie-especial-historia-da-educacao-no-brasil>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.